POLÍTICA DE PRIVACIDADE E *COOKIES* DO PORTAL
ARESNET TELECOM LTDA

Versão 1.0

Praça Dr. Oswaldo Cruz, n°23 - Centro - São Luiz do Paraitinga/SP

(12) 99675-4673 atendimento@aresnet.com.br

SUMÁRIO

1. **Quem Somos** **03**

2. **Dados Coletados** **05**

3. **Uso de Cookies** **06**

4. **Finalidades e Consentimento** **08**

5. **Segurança e Prevenção** **09**

6. **Armazenamento** **10**

7. **Exclusão de Dados e Direito do Titular** **11**

8. **Legislação e Foro Competentes** **11**

Termos de Serviço **15**

Termo de Consentimento para Tratamento de Dados **15**

Dados Pessoais **15**

Finalidades do Tratamento de Dados **16**

Compartilhamento de Dados **17**

Segurança de Dados **17**

Término do Tratamento de Dados **17**

Direitos do Titular **18**

Direito de Revogação do Consentimento **18**

Nossos Princípios de Privacidade e Segurança **18**

Política de Privacidade e Cookies

1. Quem Somos

A **Aresnet Telecom Ltda** é uma empresa de telecomunicação situada na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, oferecendo a melhor internet, equipe técnica qualificada, atendimento diferenciado e buscando sempre a melhoria contínua para satisfação dos seus clientes.

Somos uma empresa de internet que reconhece em cada cliente as suas particularidades e busca oferecer uma conexão sem barreiras, entendendo que todos têm direito e desejo de ter acesso ao seu mundo de forma ampla, irrestrita e livre. Quando tudo que importa acontece online, você precisa estar conectado. Junto com os nossos parceiros, estamos em evolução constante para melhor atender os nossos clientes.

Esta Política de Privacidade destina-se a compreender quais informações coletamos, por quê as coletamos e como você pode atualizar, gerenciar, exportar e excluir essas informações.

Ela tem como intuito informar ao cliente/consumidor quais informações a seu respeito serão coletadas por meio de nossos serviços, tanto físicos quanto on-line. Em setembro de 2020 passou a vigorar no país o texto da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), com o escopo de preservar o direito constitucional à liberdade e à privacidade, direito que todos os cidadãos brasileiros têm. A lei visa prevenir os danos causados por rupturas desses direitos.

Suas normas valem para todo e qualquer tratamento de dados digitais e, também, para os tratamentos realizados de maneira analógica (fichas de cadastro físicas, verificações presenciais de documentos, etc). Desse modo, cria-se, a partir desse momento, políticas adequadas à nova gramática legal e com uma linguagem acessível a todos os usuários de nossos serviços.

Ao acessar nosso PORTAL, SERVIÇO ou SITE, o cliente deverá ler a presente Política de Privacidade manifestando sua concordância com relação às suas disposições por meio do botão disponibilizado para tanto. Por meio de tal ato, o cliente demonstra sua aceitação livre, expressa e informada, sem quaisquer reservas, acerca de todo o conteúdo deste documento.

Estamos comprometidos com a nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que, em seu artigo 6º, declara que o titular/cliente tem direito de solicitar informações sobre o tratamento de dados realizado pela empresa. Tais informações lhes serão repassadas gratuitamente através de uma solicitação formal realizada pelo titular de dados já explicitada em nossa Política de Privacidade.

Asseguramos que todo e qualquer tratamento de dados pessoais deve ter uma finalidade específica, explicada com clareza para o titular, no caso, você. A fim de respeitar nossa relação, somente os dados absolutamente essenciais lhe solicitaremos.

A presente Política poderá ser alterada a qualquer momento pela empresa, exceto em caso de vedação legal neste sentido.
Assim, recomendamos a verificação periódica do teor desta Política por parte do Usuário.

2. Dados Coletados

Por meio do cadastro em nosso site, portal ou aplicativo mobile, nossa empresa poderá coletar as informações ativamente fornecidas pelo cliente, como nome, CPF, RG, E-mail, CNH, Telefone, Endereço, Idade, Sexo, Raça, entre outras informações solicitadas durante seu cadastro e eventual aquisição de produtos por meio deste.

Ademais, poderemos coletar outras informações geradas automaticamente quando da utilização do aplicativo mobile pelo Usuário, como, por exemplo, dados de acesso, ferramentas de redes sociais e endereço de IP.

Nós temos, ainda, uma política de cookies e outras tecnologias assemelhadas para coletar, de forma automática, informações sobre os hábitos de navegação e hábitos de compra do Usuário e suas preferências.

Poderão, ainda, ser acessados e armazenados dados de geolocalização a fim de fornecer ao Usuário a funcionalidade de ofertas personalizadas por proximidade, localização de usuário. Os dados de geolocalização serão utilizados desde que ativamente autorizados pelo Usuário.

No mais, a utilização de certas funcionalidades, como publicar fotos, pode depender do acesso da aplicação à câmera do dispositivo do Usuário.

Cumpre ressaltar que tais tecnologias poderão ser desativadas a qualquer tempo pelo Usuário pela alteração das configurações de seu navegador ou dispositivo.

Contudo, importante notar que algumas funcionalidades do Site, Portal ou Mobile poderão não funcionar adequadamente em razão de tal desativação.

3. Uso de Cookies

Usamos cookies para garantir a segurança das nossas plataformas, executar algumas funcionalidades e entender seu perfil de navegação.

Os cookies geralmente têm uma data de expiração. Por exemplo, alguns cookies são excluídos automaticamente quando você fecha o navegador (os chamados cookies de sessão), enquanto outros podem ser armazenados por mais tempo no computador até serem excluídos manualmente (os chamados cookies persistentes).

Importante esclarecer que a **Aresnet Telecom Ltda** não se responsabiliza pelo uso de cookies por terceiros. Fique atento, pois os cookies colocados por terceiros podem, eventualmente, continuar monitorando as suas atividades online, mesmo depois de ter saído de nosso site, sendo recomendável que você limpe seu histórico de navegação regularmente.

Abaixo, você encontrará uma lista dos cookies que utilizamos, com suas respectivas finalidades.

Nome do cookie	cookielawinfo-checkbox-advertisement
Validade	01 ano
Finalidade	O cookie é definido pelo consentimento do cookie GDPR para registrar o consentimento do usuário para os cookies na categoria "Publicidade".

Nome do cookie	cookielawinfo-checkbox-analytics
Validade	11 meses
Finalidade	Este cookie é definido pelo plug-in GDPR Cookie Consent. O cookie é usado para armazenar o consentimento do usuário para os cookies na categoria "Analytics".

Nome do cookie	cookielawinfo-checkbox-functional
Validade	11 meses
Finalidade	O cookie é definido pelo consentimento do cookie GDPR para registrar o consentimento do usuário para os cookies na categoria "Funcional".

Nome do cookie	cookielawinfo-checkbox-necessary
Validade	11 meses
Finalidade	Este cookie é definido pelo plug-in GDPR Cookie Consent. Os cookies são usados para armazenar o consentimento do usuário para os cookies na categoria "Necessário".

Nome do cookie	cookielawinfo-checkbox-others
Validade	11 meses
Finalidade	Este cookie é definido pelo plug-in GDPR Cookie Consent. O cookie é usado para armazenar o consentimento do usuário para os cookies na categoria "Outros.

Nome do cookie	cookielawinfo-checkbox-performance
Validade	11 meses
Finalidade	Este cookie é definido pelo plug-in GDPR Cookie Consent. O cookie é usado para armazenar o consentimento do usuário para os cookies na categoria "Desempenho".

4. Finalidades da Coleta de Dados e o Consentimento do Cliente

Os dados coletados em razão do acesso ao cadastro em site, portal ou aplicativo mobile, têm como finalidade permitir e viabilizar a adequada prestação dos serviços por parte de nossa empresa e dos nossos parceiros, bem como a entrega dos produtos adquiridos pelo Usuário.

As informações serão utilizadas para interação do cliente com o Portal da Empresa destinando-se, ainda, à oferta de novos produtos, serviços e promoções. Os dados coleta dos poderão também reverberar destinação publicitária e estatística, inclusive com o intuito de apresentar ao Usuário material publicitário direcionado.

Desse modo, ao aceitar a presente Política, o cliente manifesta seu consentimento livre, expresso e informado para que se utilize as informações coletadas da maneira mais adequada na prestação dos serviços. Ainda, para implementação de melhorias e inovações em seus produtos e serviços, assim como para fins publicitários e estatísticos, conforme descrito neste documento.

O termo de consentimento é um dos conceitos mais importantes trazidos pela LGPD, em seu artigo 7º. A LGPD busca um equilíbrio entre os interesses do titular e as necessidades dos controladores ao exercer em suas atividades. É preciso considerar, também, que alguns tratamentos de dados são imprescindíveis para o cumprimento das obrigações legais dos controladores, de acordo com o seu setor de atuação.

As cláusulas referentes ao consentimento são apresentadas de forma bem destacada a fim de que o cliente tenha total clareza sobre a quê está consentindo. É possível que para algumas etapas contratuais diferentes a empresa solicite ao cliente/contratante termos de consentimento diferentes. Isso se dá pela maneira gradual e respeitosa com a qual a empresa constrói sua relação contratual com o cliente/contratante.

5. Compartilhamento de Dados com Segurança e Prevenção

Todas as informações coletadas sobre o cliente são consideradas por nós como confidenciais, podendo ser compartilhadas com terceiros tão somente nas seguintes situações:

- Com nossas empresas parceiras, prestadores de serviços e de tecnologia, entre outras, a fim de viabilizar adequada prestação de serviços e entrega de produtos;

- Para a proteção de nossos interesses, caso necessário, em qualquer forma de conflito, extrajudicial ou judicial;

- Em caso de transações e alterações societárias envolvendo a nossa empresa, caso em que a transferência das informações será fundamental à continuidade dos serviços; ou

- Mediante ordem judicial ou pelo requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para sua requisição.

É imperioso esclarecer que as informações pessoais dos nossos usuários não estão à venda.

6. Armazenamento de Dados

Para assegurar o cumprimento do regulamento especial inaugurado pela Lei Geral de Proteção de Dados, a segurança dos dados pessoais tratados é imprescindível. Toma-se todas as medidas cabíveis para garantir que, tanto administrativa quanto tecnicamente, os dados pessoais tratados estejam devidamente protegidos e mantidos em integridade. Além disso, é fundamental garantir que somente as pessoas devidamente autorizadas - e necessárias - têm acesso a esses dados.

Preventivamente, políticas fortes de proteção e privacidade de dados pessoais contribuirão para o estabelecimento de rotinas e processos eficazes para impedir danos aos dados tratados e possibilitar a identificação prévia de riscos e ameaças à segurança da informação.

- Utilização de métodos padrões e de mercado para criptografar e tornar anônimos os dados coletados, assim como formas padrões de encriptação para garantir sua inviolabilidade;

- Emprego de softwares de alta tecnologia para proteção contra acesso não autorizado aos sistemas, considerados como ambiente controlado e de segurança;

- Acesso restrito aos locais onde são armazenadas as informações, possibilitando apenas às pessoas previamente autorizadas, comprometidas a manter tais informações em sigilo absoluto, fato que, se inobservado, acarretará responsabilidade civil e as consequências de uma medida judicial nos moldes da legislação brasileira;

- Utilização de mecanismos de autenticação de acesso aos registros capazes de individualizar o responsável pelo tratamento dos registros, conforme determinado pelo artigo 20 da LGPD; Informações de contato do Encarregado de Dados e/ou Data Protection Officer (DPO).

7. Exclusão de Dados e Direitos do Titular

O cliente poderá requerer a exclusão dos dados coletados a seu respeito entrando em contato através do email dpo@aresnet.com.br.

A qualquer momento e de forma gratuita e simples, nosso cliente poderá solicitar relatórios e informações sobre seus dados, incluindo a confirmação de qual é o tratamento feito com eles, quem tem acesso aos dados, quais são os dados sendo tratados e com quais agentes foram compartilhados.

Além disso, estamos preparados para qualquer pedido de atualização de dados, assim como a anonimização, exclusão ou interrupção do tratamento de dados pessoais não necessários para a finalidade para a qual consentiu, ressalvadas as exceções amparadas em legislação própria.

Pode-se questionar, por parte do titular de dados, acerca do que acontecerá caso não consentir com o tratamento de seus dados. Neste caso, será esclarecido a quais serviços não terá acesso ou quais aspectos do serviço serão prejudicados.

Empreende-se os melhores esforços para atender a todos os pedidos de exclusão, no menor espaço de tempo possível. Entretanto, mesmo em caso de requisição de exclusão das informações junto a empresa, ainda observar-se-á o prazo de armazenamento mínimo de dados, estabelecido pela legislação brasileira.

8. Legislação e Foro Competentes

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) tem uma sistemática diferente do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), pois este regula as diretrizes de uso da internet e a responsabilidade civil de cada provedor em remoção de conteúdo, e do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), que rege as relações de consumo entre fornecedor e consumidor, necessitando enquadramento nos arts. 2º e 3º.

A seu turno, a LGPD se aplica ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, conforme art. 1º.

Assim, é importante conceituar o que são dados pessoais, bem como o que são dados sensíveis (implicam maior risco à pessoa natural), quem é o titular deles, o que é um tratamento de dados pessoais e quem são os agentes que vão tratar esses dados (que não lhes pertencem), nos termos do art. 5º:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

IV - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

V - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VI - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

VII - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Como se pode observar, o conceito de tratamento de dados é amplo, porém, deve-se levar em conta que a LGPD se aplicará somente quando o tratamento tiver fins econômicos, realizado por pessoas natural e jurídica de direito privado e terá, obrigatoriamente, incidência quando for tratamento de dados pelo Poder Público, nas três esferas, Legislativo, Executivo e Judiciário. Logo, muitas pessoas devem se adequar à lei, que entrou em vigor recentemente (dia 18/09/20), sob pena de incorrer em sanções, a serem aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (art. 5º, XIX), e/ou responsabilização civil em ações judiciais (quando violar a legislação protetiva de dados e causar dano a outrem).

Inspirada no Regulamento Geral Europeu de Proteção de Dados (RGPD), a LGPD tem matriz principiológica semelhante, que orientará todo o tratamento de dados pessoais, bem como será levado em conta como critério para definir o grau de aplicação de sanções e dosar a responsabilização em ações judiciais. Os princípios de proteção de dados pessoais constam do art. 6º:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícito sou abusivos;
X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Depreende-se que a observância dos princípios, da **Finalidade, Adequação** e **Necessidade**, influencia todo o ciclo de vida do tratamento de dados pessoais, desde sua concepção (projeto), que demanda relatório de impacto aos direitos dos titulares, até o término do tratamento. Todos os princípios devem ser cumpridos, porém, numa análise rápida, os três supramencionados são elementos chave para interpretar todos os outros.

O princípio da responsabilização e o da prestação de contas no campo da responsabilidade civil, impõe um dever de segurança, bem como prevenção e diligência no cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, sejam elas jurídicas (microssistema) ou técnicas (segurança da informação).

Termos de Serviço

- ### Termo de Consentimento para Tratamento de Dados

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ao manifestar sua aceitação para com o presente termo, o Titular consente e concorda que **Aresnet Telecom Ltda** tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realize o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

- ### Dados Pessoais

A Controladora fica autorizada a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos seguintes dados pessoais do Titular: Nome, CPF, RG, E-mail, CNH, Telefone, Endereço, Idade, Sexo, Raça, entre outras informações.

Além disso, a Controladora fica autorizada a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos seguintes dados inseridos pelo Titular, com a intenção de obter a prestação dos serviços ofertados pela mesma.

- **Finalidades do Tratamento de Dados**

O tratamento dos dados pessoais listados neste termo tem as seguintes finalidades:

I. Possibilitar que a Controladora identifique e entre em contato com o Titular para fins de relacionamento comercial;

II. Possibilitar que a Controladora elabore contratos comerciais e emita cobranças contra o Titular;

III. Possibilitar que a Controladora envie ou forneça ao Titular seus produtos e serviços, de forma remunerada ou gratuita;

IV. Possibilitar que a Controladora utilize tais dados em Pesquisas de Mercado;

V. Possibilitar que a Controladora utilize tais dados na elaboração de relatórios e emissão de produtos e serviços;

VI. Possibilitar que a Controladora utilize tais dados para suas peças de Comunicação;

VII. Possibilitar que a Controladora utilize tais dados para emissão de Notas Fiscais e documentos financeiros correlatos;

VIII. Possibilitar que a Controladora utilize tais dados para facilitar a prestação de serviços diversos além dos primariamente contratados, desde que o cliente também demonstre interesse em contratar novos serviços;

IX. Possibilitar que a Controladora utilize tais dados para manter banco de dados de profissionais do mercado para facilitar o contato em futuros convites para eventos.

- **Compartilhamento de Dados**

A Controladora fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do titular dos dados com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709.

- **Segurança dos Dados**

A Controladora responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicase administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709, a Controladora comunicará ao titular de dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

- **Término de Tratamento de Dados**

A Controladora poderá manter e tratar os dados pessoais dos titulares de dados durante todo o período em que os mesmos forem pertinentes ao alcance das finalidades contratuais e legais já explicitadas nesse termo. Os dados pessoais anonimizados poderão ser mantidos por período indefinido.

O titular de dados poderá solicitar via e-mail ou correspondência ao Controlador, a qualquer momento, que sejam eliminados os dados pessoais não anonimizados. Importante ressaltar que o titular de dados fica ciente de que poderá ser inviável ao Controlador continuar o fornecimento de produtos ou serviços ao titular de dados a partir da eliminação dos dados pessoais.

- **Direitos do Titular**

O Titular tem direito a obter da Controladora, em relação aos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição: I - confirmação da existência de tratamento; II - acesso aos dados; III - correçãode dados incompletos, inexatos ou desatualizados; IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709; V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, medianterequisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709; VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecerconsentimento e sobre as consequências da negativa; IX - revogaçãodo consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 13.709.

- **Direito de Revogação do Consentimento**

Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência ao Controlador.

- **Nossos Princípios de Privacidade e Segurança**

Conforme desponta do art. 6º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

Finalidade:

O tratamento de cada informação pessoal será feito com fins específicos, legítimos, explícitos e informados. Ou seja, a empresa explicará para quê vai usar cada um dos dados pessoais.

Essas finalidades também estarão dentro dos limites da lei e serão expressamente acompanhadas de todas as informações relevantes para o titular. Além disso, a empresa não está autorizada a modificar a finalidade durante o tratamento.

Adequação:

Os dados pessoais tratados serão compatíveis com a finalidade informada pela empresa. Ou seja, sua justificativa fará sentido com o caráter da informação que você pede.

Por exemplo: se o seu negócio é um e-commerce de produtos eletrônicos, dificilmente será justificável pedir dados de saúde aos Usuários. Então, se não é compatível, o tratamento se torna inadequado.

Necessidade:

A empresa utilizará apenas os dados estritamente necessários para alcançar as suas finalidades, buscando ponderar entre o que é realmente essencial para o seu negócio e o que é apenas conveniente.

Livre acesso:

A pessoa física titular dos dados tem o direito de consultar, de forma simples e gratuita, todos os dados que a empresa detenha a seu respeito.

Além disso, serão especificadas questões como: o que a empresa faz com as suas informações, de que forma o tratamento é realizado e por quanto tempo.

Qualidade dos Dados:
Será garantido, aos titulares, que as informações que a empresa tenha sobre eles sejam verdadeiras e atualizadas, bem como sua exatidão.

Transparência:
A empresa não compartilhará dados pessoais com outras pessoas de forma oculta. Se a empresa precisar repassar dados pessoais para terceiros, inclusive para operadores, que sejam essenciais para a execução do serviço, o titular será consultado para respectivo consentimento.

Segurança:
A empresa adotará procedimentos, meios e tecnologias que garantam a proteção dos dados pessoais de acessos por terceiros, ainda que não sejam autorizados, como nos casos de invasões por hackers.
Além disso, serão tomadas medidas para solucionar situações acidentais, como destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão dos dados pessoais de suas bases.

Prevenção:
O princípio da prevenção objetiva que as empresas adotem medidas prévias para evitar a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais. Nesse sentido, a empresa agirá antes dos problemas e não somente depois, buscando mecanismos que garantam a proteção dos dados.

Não Discriminação:
Os dados pessoais jamais serão usados para discriminar ou promover abusos contra os seus titulares.
A própria LGPD já criou regras específicas para o tratamento de dados que frequentemente são utilizados para discriminação, os chamados dados pessoais sensíveis, como os que tratam sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual e dado genético ou biométrico.

Responsabilização e Prestação de Contas:

Além de se preocupar em cumprir integralmente a Lei, a empresa manterá provas e evidências de todas as medidas adotadas, para demonstrarem a sua boa-fé e a sua diligência.

Alguns bons exemplos estão na comprovação de treinamentos de equipe, a contratação de consultorias especializadas, a utilização de protocolos e sistemas que garantam a segurança dos dados e o acesso facilitado do titular a empresa sempre que preciso.

Central de Segurança

A Lei Geral de Proteção de Dados brasileira é a regulamentação de proteção aos dados pessoais no Brasil. Ela oferece aos cidadãos maior controle sobre seus dados pessoais, garante transparência sobre a utilização dos dados e exige maior segurança e controle de proteção de dados por parte das empresas. A LGPD impõe novas regras as empresas, ao poder público, as organizações sem fins lucrativos e outras organizações que (i) executam operações de processamento de dados em território brasileiro; (ii) oferecem bens e serviços às pessoas em território brasileiro ou que coletam e analisam dados relacionados às pessoas em território brasileiro; ou (iii) processam dados pessoais coletados em território brasileiro. Diferentemente das leis de privacidade em algumas jurisdições, a LGPD é aplicável às organizações de todos os tamanhos e em todos os setores.

A LGPD foi inspirada no GDPR - Regulamento Geral de Proteção de Dados europeu, que é geralmente visto internacionalmente como um modelo em questões de privacidade, portanto, esperamos ver as interpretações e desenvolvimentos no GDPR influenciar diretamente a obrigatoriedade da LGPD no decorrer do tempo. Sob a LGPD, os cidadãos têm o direito de saber se uma organização está processando seus dados pessoais e de compreender o motivo deste processamento. A pessoa tem o direito de ter seus dados excluídos ou corrigidos, de pedir que não sejam mais processados, de recusar mala direta e de revogar o consentimento de determinados usos dos seus dados. O direito à portabilidade de dados fornece aos indivíduos o direito de mover seus dados para outro lugar e de receber ajuda para fazê-lo.

A LGPD exige que as organizações protejam dados pessoais de acordo com sua sensibilidade. No caso de violação de dados, os controladores de dados geralmente devem notificar a autoridade correta dentro de um prazo razoável. Além disso, se a violação puder resultar em grandes riscos aos direitos e liberdade de indivíduos, as organizações também deverão notificar os indivíduos assim que possível.

É preciso que haja uma base legal para o processamento de dados pessoais. Nos casos em que o consentimento seja a base legal para o processamento de dados pessoais, ele deve ser “fornecido de forma voluntária, consciente e não ambígua para propósitos específicos". Há exigências específicas da LGPD para o consentimento com a finalidade de proteger crianças.

A segurança de dados deve incluir a garantia de que somente as pessoas devidamente autorizadas e fundamentais podem ter acesso aos dados. Deve-se assegurar também que não haverá tentativas ou situações indevidas e/ou acidentais de perda, alteração, compartilhamento ou qualquer outro tipo de tratamento com os dados. Para garantir isso, os agentes de tratamento devem tomar medidas técnicas e administrativas.

Estas são nossas ferramentas:

- firewall
- criptografia
- autenticação em dois fatores
- bloqueio de IP
- mascaramento dinâmico em banco de dados
- antivírus
- backup criptografado
- Guia de Privacidade

Conforme previsto no artigo 41 da Lei Geral de Proteção de Dados, o encarregado pelo tratamento de dados pessoais na **Aresnet Telecom Ltda** fica aqui publicado para execução das atividades e responsabilidades presentes na LGPD.

- Julio Cesar Berbel Geraldo
- Telefone: (55)12 98269-1987
- E-mail: dpo@aresnet.com.br